



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF
PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -
BACHARELADO

Legado esportivo da Olimpíada Rio 2016.

João Carlos da Rocha Pinheiro Junior

Brasília – DF

2017

João Carlos da Rocha Pinheiro Junior

Legado esportivo da Olimpíada Rio 2016.

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Faculdade de Educação Física
da UnB como requisito básico para a conclusão
do Curso de Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Azevêdo

Brasília – DF

2017

Dedicatória

Aos meus pais João Carlos da Rocha Pinheiro e Telma Conceição Souza, que desde início do curso estiveram ao meu lado me apoiando, incentivando e confiando em mim. Dedico também aos meus amigos que compartilharam conhecimento e momentos especiais durante o curso.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus por estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida, me dando sabedoria e competência para lidar com as dificuldades e finalizar mais uma etapa importante da minha vida e da minha carreira.

Aos meus pais João Carlos da Rocha Pinheiro e Telma Conceição Souza que são o pilar e a base da nossa família.

Aos meus amigos por todos os momentos vivenciados durante a minha trajetória no Curso de Educação Física (Bacharelado), da Universidade de Brasília (UnB).

Agradeço ao Professor Dr. Paulo Henrique Azevêdo por tirar as minhas dúvidas sempre com paciência e clareza em todas as etapas e por confiar no meu trabalho.

Agradeço a todos os professores que ao longo de toda a graduação compartilharam comigo os seus conhecimentos e me mostraram a importância que o profissional de Educação Física tem na sociedade.

E a Universidade de Brasília que me deu a oportunidade de concluir o curso de Bacharel em Educação Física.

Resumo

Objetivo: Analisar qual o Legado Esportivo da Olimpíada Rio 2016 e verificar o investimento orçamentário realizado para a Olimpíada Rio 2016. **Materiais e Métodos:** O presente estudo será uma pesquisa descritivo-documental. Foi feita uma análise dos investimentos orçamentários realizados com os Jogos Olímpicos a partir da candidatura do Rio de Janeiro até a finalização dos Jogos, ou seja, o Comitê Organizador, a Matriz de Responsabilidades e os Legados fizeram parte do estudo, levando em consideração os gastos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e de outras Entidades Privadas. **Resultados:** De acordo com a Autoridade Pública Olímpica (APO) foram gastos aproximadamente 43,17 bilhões de reais com os Jogos Olímpicos. **Conclusão:** O Legado Olímpico foi praticamente nulo. Os 29 Planos de Políticas Públicas (PPP's) que foram implementadas em decorrência dos Jogos não trouxeram o benefício esperado pela população na Infraestrutura, Meio ambiente, Transporte e Desenvolvimento Social.

Palavras Chaves: Olimpíadas Rio 2016; Legado Olímpico; Sistema Nacional do Esporte.

Abstract

Objective: To analyze the Sports Legacy of the Rio 2016 Olympic Games and verify the budget investment made for the Rio 2016 Olympic Games. **Materials and Methods:** The present study will be a descriptive-documentary research. An analysis of the budget investments made with the Olympic Games was made from the Rio de Janeiro candidature until the finalization of the Games, that is, the Organizing Committee, the Responsibility Matrix and the Legacies were part of the study, taking into account the expenses of the Federal, State and Municipal Governments and other Private Entities. **Results:** According to the Olympic Public Authority (OPA), approximately 43.17 billion were spent with the Olympic Games. **Conclusion:** The Olympic Legacy was practically nil. The 29 Public Policy Plans (PPPs) that were implemented as a result of the Games didn't bring the benefit expected by the population in Infrastructure, Environment, Transportation and Social Development.

Key words: Rio 2016 Olympics; Olympic Legacy; national sport system.

Sumário

| | | |
|----|---|-----------|
| | Capítulo 1 - Legado Esportivo das Olimpíadas Rio 2016..... | 9 |
| | 1. Introdução | 9 |
| 2 | 1.1. A Importância dos jogos e sua História | 9 |
| 3 | 1.2. Plano de Políticas Públicas e Sistema Nacional do Esporte Brasileiro | 11 |
| 4 | 1.3. Investimentos realizados com a Infraestrutura do país para a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 | 14 |
| | 2. Objetivos..... | 15 |
| 5 | 2.1. Objetivo geral | 15 |
| 6 | 2.2. Objetivos Específicos | 15 |
| | 3. Justificativa | 16 |
| | 4. Delimitação..... | 16 |
| | Capítulo 2 – Materiais e Métodos..... | 17 |
| 7 | 2.1. Tipo do Estudo | 17 |
| 8 | 2.2. Instrumentos | 17 |
| 9 | 2.3. Limitações do estudo | 18 |
| 10 | 2.4. Cronograma da pesquisa | 18 |
| | Capítulo 3..... | 19 |
| | 3. Resultados | 19 |
| 11 | 3.1. O Orçamento dos jogos Rio 2016 | 19 |
| 12 | 3.2. Gastos do Comitê Organizador | 19 |
| | 3.2.1 Ministério do Esporte..... | 20 |
| | 3.2.2 Comitê Olímpico Brasileiro (COB)..... | 20 |
| | 3.2.3 Convênios..... | 21 |
| 13 | 3.3. Gastos da Matriz de Responsabilidade | 21 |
| 14 | 3.4. Gastos realizados para Infraestrutura e políticas públicas – Legado Olímpico | 22 |
| | 4. Discussão..... | 24 |
| 15 | 4.1. O que ficou de positivo após as olimpíadas | 24 |
| 16 | 4.2. A importância da implementação de um sistema Nacional do esporte. | 26 |

17 4.3. Operação Unfair Play – Compra de votos para a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos 27

5. Conclusão 29

Referências Bibliográficas 30

Capítulo 1 - Legado Esportivo das Olimpíadas Rio 2016

1. Introdução

1.1. A Importância dos jogos e sua História

Inicialmente deve destacar-se que Olimpíada e Olimpíadas são palavras tratadas como sinônimas pelo público em geral, mas, segundo as regras da competição criada em 1896 na Grécia, existe uma diferença entre os dois termos.¹ Essa distinção é estabelecida na Carta Olímpica, documento que estrutura o movimento olímpico e organiza o Comitê Olímpico Internacional, em sua regra número 6. A Olimpíada é o período de quatro anos entre a realização de cada Jogos Olímpicos, sendo iniciada no primeiro dia de janeiro do primeiro ano de realização dos Jogos e segue até o dia 31 de dezembro do quarto ano, véspera do próximo evento. Assim, a Olimpíada de Tóquio começou em 1º de janeiro de 2016 e irá até 31 de dezembro de 2019. Entre 5 a 21 de agosto de 2016 foram realizados os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro ou os Jogos da Olimpíada, que é o evento esportivo propriamente dito.

Esclarecendo, Olimpíadas, no plural, é a soma de todas as edições realizadas até hoje e Olimpíada, no singular se refere a um único período de quatro anos. A figura abaixo esclarece essa diferença.

Figura 1 - O Ciclo Olímpico

¹Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Ciclo Olímpico. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/esportes/rio-2016/2016/08/olimpiadas-e-jogos-olimpicos-nao-sao-mesma-coisa-entenda> Último acesso em: 26/11/2017.



Os Jogos Olímpicos são um marco na sociedade moderna e alguns estudiosos têm teorias sobre o que realmente influenciou o início desse grandioso evento e que hoje em dia mobiliza mais de 200 países em competições de diversas modalidades. Ao referir-se aos Jogos Olímpicos, Lima (apud NETO, 1998, p. 723) lembra que as diferenças entre os jogos antigos e os modernos não devem ser jamais esquecidas e que, entre essas diferenças, pode-se destacar que as competições antigas aconteciam sempre no mesmo lugar: o santuário de Olímpia, e os principais símbolos das Olimpíadas Modernas não têm nenhum tipo de ligação com os Jogos da Antiguidade².

Boga (1991, p. 26) afirma que na antiguidade os jogos foram creditados a Heracles (ou Hércules) que, para prestar uma homenagem ao rei Augias, morto em combate durante a conquista da cidade de Elis, instituiu em sua memória competições atléticas que vieram a se chamar Jogos Herácleos³. Neto (1998, p. 721) acentua que a origem dos jogos antigos se perde no tempo e que não existe nenhum tipo de certeza em relação à data de início dos jogos e a razão para sua

²LIMA, Mariza Antunes. et.al. **Olimpíadas Modernas: A história de uma tradição inventada**. In: PLEKET (apud NETO, M. F. 1998, p.723). Rio de Janeiro, 1998.

³LIMA, Mariza Antunes. et. al. **Olimpíadas Modernas: A história de uma tradição inventada**. In: BOGA, M. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.

criação⁴.

Com base nessas e em outras teorias de autores renomados se chegou à conclusão de que as histórias das olimpíadas modernas são uma “tradição inventada”, mas isso não tira o brilho da competição que acontece a cada quatro anos. Os Jogos só foram interrompidos durante a primeira e segunda guerras mundiais. Este é de longe o maior evento da humanidade, organizado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI).

1.2. Plano de Políticas Públicas e Sistema Nacional do Esporte Brasileiro

No Brasil, a administração do esporte ou de entidades esportivas teve suas primeiras abordagens no início do século XX em âmbito da Associação Cristã de Moços (RJ, SP e RS)⁵.

O Sistema Esportivo Nacional ou organização esportiva nacional, expressão ainda corrente tem seu marco inicial em 1937, quando da criação da Divisão de Educação Física (DEF), do Ministério da Educação e Cultura. Em 1941, cria-se o Conselho Nacional de Desportos (CND) pelo Decreto-Lei 3199, estabelecendo os dois polos focais do Sistema: Educação Física e esporte, os quais foram reproduzidos por todos os Estados e alguns municípios nos anos seguintes. O marco principal seguinte refere-se a 1970: reforma do DEF, passando a ser Departamento de Educação Física e Desporto; e 1978: Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED), ambas vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura. A partir de 1990, é criada a Secretaria de Desportos da Presidência da República e em 1992, a Secretaria de Desportos volta a ser vinculada ao Ministério da Educação, até 1995, quando é criado o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte. Em meados deste ano esta Secretaria é denominada como INDESP, ou Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, desvinculada do MEC com outro status jurídico e subordinado ao Ministério Extraordinário do Esporte. Em 2000, o INDESP é substituído pela Secretaria Nacional de Esporte e em 2002, ganha pasta no Ministério do Esporte e do Turismo. Em 2003, o Governo Federal separa as duas pastas e o esporte passa a ser administrado ao nível nacional por um Ministério

⁴LIMA, Mariza Antunes. et.al. **Olimpíadas Modernas: A história de uma tradição inventada**. In: NETO, M. F. Os Jogos olímpicos da antiguidade grega: mitos e realidades. VI Congresso Brasileiro de história do Esporte, Lazer e Educação Física. Universidade Gama Filho, 1998. Anais. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 12 de Dezembro de 1998, s/p.

⁵PERISSE, Verônica Nolasco. et. al. **Ciência do Esporte e Educação Física**. ACM São Paulo, 2002.

próprio. O Sistema em 1941 incluía Confederações (nacionais), Federações (estaduais) e Ligas (municipais), que até hoje são mantidas em sua estrutura básica tendo a entidade local clube como célula básica (expressão de origem)⁶.

O Sistema Nacional do Esporte (SNE) está sendo construído para organizar os entes públicos, privado e do terceiro setor de forma articulada e integrada para promover e fomentar políticas esportivas para toda a população brasileira. O SNE será implementado por uma Lei de Diretrizes e Bases, que definirá a estrutura e o funcionamento do esporte no Brasil. Serão caracterizados os níveis de atendimento, os serviços a serem ofertados e os responsáveis pela execução das diretrizes, seja em âmbito das entidades públicas da União, Estados e Municípios, seja em colaboração com as entidades privadas⁷.

A lei disciplinará também as questões do financiamento do esporte, dos mecanismos de controle e participação social, bem como a política de recursos humanos e formação continuada dos integrantes do SNE. O objetivo é cumprir o preceito constitucional do direito de cada cidadão brasileiro durante toda a vida ao esporte, tornando o setor uma política de Estado⁸.

O SNE é fundamental para consolidar o esporte como uma política pública estruturante, cuja visão de futuro é alçar o Brasil à condição de potência esportiva sustentável. Isso requer a articulação entre duas faces inseparáveis dessa prática social: a democratização do acesso, em especial as crianças e os jovens, e a potencialização do esporte de rendimento. Essas dimensões devem estar articuladas para que se promova uma mudança cultural e se eleve o padrão esportivo do povo brasileiro⁹.

A sua definição é importante e seria um grande passo para tornar o país uma grande potência esportiva. Com a sua definição a população teria assegurado de forma simples, independente de gênero, classe social, cor, entre outros o acesso ao esporte, desde o lazer até o alto rendimento¹⁰.

⁶Idem

⁷Ministério do Esporte. Sistema Nacional do Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/sistema-nacional-do-esporte>>. Último acesso em: 30/10/2017

⁸ Idem

⁹ Idem

¹⁰Ministério do Esporte. Sistema Nacional do Esporte. Objetivos. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/sistema-nacional-do-esporte/objetivos>>. Último acesso em: 30/10/2017

Em 2004 de acordo com o Ministério do Esporte¹¹, aconteceu a primeira CNE (Conferência Nacional do Esporte) e nela foi aprovada a resolução de criação do SNE (Sistema Nacional do Esporte). Na segunda Conferência, que ocorreu em 2006, diversos gestores das iniciativas públicas e privadas debateram sobre o tema e foram definindo quais ações organizacionais seriam necessárias para a implementação do novo sistema. Em 2010, na terceira conferência ficou definido que o Brasil precisa de um Plano Decenal do Esporte, aonde metas e ações devem ser bem definidas para que se possa realizar um planejamento em longo prazo. Também se faz necessário à criação de novas leis para o esporte. E elas devem ser implementadas para a definição das estruturas organizacionais e o papel de cada sujeito dentro de uma organização. Os fundos que serão necessários para cada setor, os mecanismos sociais que precisam de um maior controle e uma política de formação de recursos humanos são outros fatores muito importantes para o pleno funcionamento do Sistema Nacional do Esporte.

Segundo Matsudo (1999), o Brasil possui programas esportivos assistemáticos, ou seja, não há um modelo/sistema que planeje a formação de atletas. Assim o estado, os clubes e a família se responsabilizam pelo desenvolvimento desses atletas¹². Em seu em seu artigo “Políticas para o Esporte de Alto Rendimento”, Raimundo Luiz Ferreira (2007, p.2) cita que: “a criação de uma política esportiva eficiente abrangente resulta, sobretudo no reconhecimento do esporte de alto rendimento como preocupação nacional”¹³. A única lei vigente que menciona a criação de um sistema autônomo, onde os estados e municípios seriam capazes de gerir o esporte de forma concreta é a Lei 9615/1998.

O pouco investimento do Brasil em infraestrutura para o esporte de alto rendimento pode ser claramente visto através dos grandes eventos esportivos realizados no país nos últimos anos. Como sabemos o Brasil sediou competições como: Pan 2007, Jogos Militares 2011, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Olimpíada Rio 2016, entre tantos outros. Os gastos com obras para a

¹¹Ministério do Esporte. Sistema Nacional do Esporte. Histórico. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/sistema-nacional-do-esporte/historico>>. Último acesso em: 30/10/2017.

¹²MAIA, Vicente Majó. **Modelo e Sistema Esportivo Brasileiro avanços, contradições e avaliações**. In: MATSUDO, Vitor K. Detecção de talentos (1999).

¹³MAIA, Vicente Majó. **Modelo e Sistema Esportivo Brasileiro avanços, contradições e avaliações**. In: FERREIRA, Raimundo Luiz. Políticas Para o Esporte de Alto Rendimento – Estudo Comparativo de Alguns Sistemas Esportivos Nacionais. 2007, p.02.

reforma de estádios, construção de centros olímpicos e centros de treinamentos foram astronômicos. Para o Pan 2007, por exemplo, era estimado um gasto de R\$ 410 milhões, mas em junho de 2007, esse valor aumentou em 797%, totalizando R\$ 3,7 bilhões. Há também indicativos de superfaturamento e do não provimento de alguns dos serviços acordados¹⁴. Considerando a insuficiência de legados sociais positivos decorrentes do Pan 2007, o governo brasileiro tentou provar que esta realidade seria diferente no caso dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016¹⁵. Algumas das proposições de legados por parte do governo brasileiro seriam as de que os Jogos Rio 2016 promoveriam uma transformação na “infraestrutura urbana, novas iniciativas ambientais, físicas e sociais, além de vantagens e oportunidade para todos”¹⁶.

1.3. Investimentos realizados com a Infraestrutura do país para a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Antes da realização de uma Olimpíada, muitos atenuantes são colocados em pauta. A infraestrutura de um país deve estar em consonância com a importância do evento, no caso os Jogos Olímpicos. O país deve oferecer para os atletas, para a população do país e para os turistas que veem assistir aos jogos segurança, transporte, saúde, entre outros¹⁷.

Na cidade do Rio de Janeiro (sede dos jogos), o governo investiu em diversos projetos de infraestrutura ligados a transporte, a região portuária, ao meio ambiente e de cunho social. As principais obras realizadas antes dos Jogos foram: Vilas Olímpicas, Parque Madureira, Porto Maravilha, Centro de Operações Rio, Veículos leves sobre trilhos (VLT), primeiro corredor exclusivo de ônibus ligando Barra, Santa

¹⁴CASTRO, Suélen Barboza Eiras.; SOUZA, Doralice Lange. **Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento**. In: Torres D. Pan registrou caso de irregularidade e fiscalização frouxa [internet]. Folha de S.Paulo. 2009 out. 3 [citado 21 out. 2012]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0310200922.html>.

¹⁵CASTRO, Suélen Barboza Eiras.; SOUZA, Doralice Lange. **Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento**. In: Bienenstein G, Sánchez F, Cruz MCM, Guterman BC, Santos RRO, Souza RM. Megaeventos e metrópoles: insumos do Pan 2007 e perspectivas para as Olimpíadas de 2016. Apud: Mascarenhas G, Bienenstein G, Sánchez F, organizadores. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. p.123-61.

¹⁶CASTRO, Suélen Barboza Eiras.; SOUZA, Doralice Lange. **Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento**. In: Brasil. Ministério do Esporte. Caderno de Legado Social [internet]. Brasília: Ministério do Esporte; 2009 [citado 9 jun. 2011]. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/cadernoLegadosSocial.pdf>.

¹⁷Portal Brasil 2016. Gestão do Legado. Infraestrutura. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/iinfraestrutura> Ultimo acesso 01/11/2017.

Cruz e Campo Grande (TransOeste), corredor exclusivo de ônibus que passa por bairros como Magalhães Bastos, Jardim Sulacap, Recreio dos Bandeirantes, Camorim e Curicica (TransOlímpica), corredor exclusivo de ônibus que liga a Barra da Tijuca a Ilha do Governador (TransCarioca), Reflorestamento de encostas, Centro de Tratamento de Resíduos Seropédica, Parque dos Atletas, Ginásio Experimental Olímpico (GEO) e Morar Carioca¹⁸.

Portanto, este presente estudo visa mostrar, qual a importância dos Jogos Olímpicos para o esporte no país-sede e se ao sediar os jogos de fato tiveram algum legado positivo e que pode ser aproveitado tanto pela população, como por atletas. Utilizou-se como base o investimento orçamentário, que é aquele cujos recursos transitam pelo Orçamento Federal: recursos ordinários do orçamento federal, contribuições sobre concursos prognósticos que são feitos pelo país com o esporte. Foram também analisadas as infraestruturas construídas ou reformadas em função da competição e se de fato trouxeram retorno para a população.

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

Analisar qual o Legado Esportivo da Olimpíada Rio 2016.

2.2. Objetivos Específicos

- (a) Analisar o investimento orçamentário realizado para as Olimpíadas Rio 2016.
- (b) Verificar se o governo incrementou alguma Política Pública efetiva, tendo como base os investimentos feitos para a realização da Olimpíada Rio 2016.
- (c) Analisar se as obras realizadas para as Olimpíadas estão sendo utilizadas atualmente em benefício da população e dos atletas.
- (d) Estudar o Interesse Político e a corrupção e superfaturamento nas obras.
- (e) Avaliar a necessidade da criação de um Sistema Nacional Esportivo.
- (f) Analisar se tendência é de maiores investimentos no esporte brasileiro e, que com isso melhorem as condições de trabalho dos atletas para que obtenham melhor desempenho na Olimpíada do Rio de Janeiro.

¹⁸ Idem.

3. Justificativa

Este estudo objetiva identificar se as Olimpíadas Rio 2016 trouxeram legado positivo para o país. Foi analisado investimento orçamentário realizado pelos Governos Federais, Estaduais, Municipais e de outras Entidades Privadas com os Jogos Olímpicos. Os Jogos Olímpicos podem proporcionar um significativo avanço econômico para a cidade e o país-sede do evento. Embora o fato de se candidatar ao megaevento exija uma série de responsabilidades, principalmente em relação à infraestrutura das cidades-candidatas, os benefícios econômicos gerados pelos jogos são bem maiores do que os próprios investimentos para sua realização (DANTAS, Tiago).

4. Delimitação

Os gastos Olímpicos orçamentários foram delimitados aos Jogos Olímpicos do Rio 2016, a partir de 2007 quando o país começou a investir na candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, ou seja, toda e qualquer quantia que o Governo e as Entidades Privadas utilizaram com o Comitê Organizador, a Matriz de Responsabilidades e o Legado foram utilizados para o estudo.

Capítulo 2 – Materiais e Métodos

2.1. Tipo do Estudo

O presente estudo será uma pesquisa descritivo-documental. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Já a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Foi feita uma análise dos investimentos orçamentários realizados com os Jogos Olímpicos a partir da candidatura do Rio de Janeiro até a finalização dos Jogos, ou seja, o Comitê Organizador, a Matriz de Responsabilidades e os Legados fizeram parte do estudo, levando em consideração os gastos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e de outras Entidades Privadas. Também foi discutida a necessidade da implementação de um Sistema Nacional Esportivo no país, tendo como base o documento final, sobre a primeira Conferência Nacional, publicado pelo Ministério do Esporte, que apresenta como o sistema deve funcionar e a sua importância para a sociedade.

A pesquisa de cunho descritivo documental analisou os gastos dos Governos Federal, Estadual, Municipal e de outras Entidades Privadas, desde a candidatura dos Jogos até a construção de arenas, centro de treinamento e Implementação de Políticas Públicas que influenciaram na realização e nos possíveis “benefícios” que o evento trouxe para o país.

2.2. Instrumentos

Foi realizada uma análise documental para a realização da pesquisa. Os dados levantados informaram o quanto foi gasto para a realização do evento desde a candidatura, até a finalização dos Jogos. Foram levados em conta à construção de novas arenas, centros de treinamento e Implementação de Políticas Públicas (legado), que foram investidos com o dinheiro dos Governos Federais, Estaduais e Municipais e de outras entidades privadas. Os dados foram retirados através do

Portal da Transparência (Rio 2016), da Autoridade Pública Olímpica (APO), Portal Brasil e outros sites com informações Pós Olimpíada.

2.3. Limitações do estudo

Os gastos realizados com os Jogos Olímpicos ainda estão sendo atualizados. Muitas das obras que seriam realizadas e deixadas como Legados por conta da competição estão em andamento ou sem previsão de término, então, não é possível passar o valor exato que foi investido para a realização do evento e sim uma estimativa.

2.4. Cronograma da pesquisa

| 2017 | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|----------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Elaboração pré-projeto | x | x | x | x | | | | | | |
| Revisão da Literatura | x | x | x | x | x | x | x | x | x | |
| Discussão teórica | | | | | x | x | x | | | |
| Coleta dos dados | | | | | | | x | x | | |
| Análise dos dados | | | | | | | x | x | | |
| Interpretação dos Dados | | | | | | | | x | x | |
| Encontros com o Orientador | | | | | | x | x | x | x | |
| Relatório Final | | | | | | | | | x | |
| Apresentação Final | | | | | | | | | | x |

Capítulo 3

3. Resultados

3.1. O Orçamento dos jogos Rio 2016

O orçamento total para a realização dos Jogos Olímpicos é dividido para três partes: (1) Comitê Organizador, (2) Matriz de Responsabilidades e (3) Legado. O Comitê organizador, uma instituição privada, é a responsável pelos custos operacionais do evento e das competições. São gastos realizados com as refeições dos atletas, uniformes, hospedagem, transporte das equipes e material esportivo. Este orçamento é 100% coberto por patrocínio e outras fontes de receita da iniciativa privada, sem nenhum fundo público. A Matriz de Responsabilidades compõe-se de uma verba utilizada para a realização dos Jogos e que não aconteceriam caso o Rio não fosse escolhido para ser sede do evento. A construção do parque olímpico é um exemplo. Uma das partes dos gastos relacionados à Matriz vem de entidades privadas, através de parcerias público/privadas, as PPP's, e a outra parte é de verbas públicas. A terceira parte de destinação do orçamento é o plano de políticas públicas, denominada de Legado, que se destinou à realização de 29 projetos que tem baixa ou nenhuma relação direta com os Jogos Olímpicos, mas que se beneficiam do evento para ampliar ou antecipar recursos federais, estaduais e municipais em infraestrutura e políticas públicas. O transporte rápido de ônibus (BRT's), Porto Maravilha, Veículos leves sobre trilhos (VLT), Piscinões da Praça da Bandeira, Linha quatro do metrô e os laboratórios de controle de doping se encaixam nessa categoria, sendo que partes dos investimentos realizados com essas obras vieram da iniciativa privada, através das PPP's.

3.2. Gastos do Comitê Organizador

Os gastos da candidatura vitoriosa do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 foram executados diretamente pelo Ministério do Esporte, Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e por alguns Convênios. De acordo com a Autoridade Pública Olímpica (APO) foram gastos aproximadamente 9,2 bilhões de

reais.

3.2.1 Ministério do Esporte

Os serviços contratados pelo Ministério do Esporte foram visando a: (a) Candidatura da cidade do Rio de Janeiro, para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, (b) consultoria para elaboração de estudo sobre o legado dos Jogos Pan-Americanos, (c) apoio na implantação do plano estratégico de ações governamentais na elaboração do dossiê com vistas à candidatura dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, (d) apoio ao Gerenciamento das ações do Governo Federal na candidatura Rio 2016, (e) fornecimento e implantação de curso de capacitação e prestação de serviços de consultoria técnica especializada para a elaboração de sistema de orçamentação e de estudos em instalações esportivas e (f) acomodações necessárias para apoiar a atuação do Governo Federal na Candidatura Rio 2016. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993¹⁹.

3.2.2 Comitê Olímpico Brasileiro (COB)

Os recursos transferidos para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) foram relacionados à: (a) Contratação de consultoria especializada em megaeventos esportivos para coordenar o desenvolvimento, e (b) elaboração de todo o material técnico relacionado aos temas abordados no questionário para Candidatura da Cidade do Rio de Janeiro junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI)²⁰.

O Brasil participou de diversos eventos necessários para uma preparação adequada à candidatura dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e tiveram gastos com: confecção de material promocional com a logo da Candidatura, Visita de Avaliação Técnica do Comitê Olímpico Internacional a cidade do Rio de Janeiro, elaboração, redação e montagem do Dossiê de Candidatura, entrega do Dossiê de candidatura em Lausanne, na Suíça, também custearam visitas técnicas de representantes das Federações Internacionais de modalidades esportivas visando aprovação dos projetos que comporão o Dossiê, produção editorial do Dossiê de Candidatura, coordenação. O desenvolvimento da estratégia de Marketing Institucional da Candidatura da Cidade do Rio de Janeiro custeou pelo período de 60 (sessenta) dias a contratação, manutenção e seus encargos, sobre inteira responsabilidade do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), de recursos humanos que comporiam a equipe da

¹⁹ Portal da Transparência. Gastos com a Candidatura. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/gastos-candidatura/> Último acesso em: 11/12/2017.

²⁰ Idem.

Comissão Rio 2016²¹.

3.2.3 Convênios

Os valores gastos relacionados aos convênios foram: Avaliação dos meios de hospedagem nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Salvador para apreciação do Comitê Olímpico Brasileiro com vistas à candidatura do Rio de Janeiro a cidade-sede dos Jogos Olímpicos 2016, Roda Gigante Rio 2016 que foi realizada entre os dias 31/12/2008 a 10/03/2009 e Serviços de Consultorias que abrangem segmentos de Relacionamento Institucional Internacional e Marketing Institucional, que fossem responsáveis pela coordenação do desenvolvimento de toda a estratégia de Marketing e Relacionamento Institucional da Candidatura, adotada pelo COB através de sua Comissão de Candidatura Rio 2016²².

3.3. Gastos da Matriz de Responsabilidade

A Matriz de Responsabilidade realizou gastos com a região da Barra, Copacabana, Deodoro, Maracanã e Multirregião, que totalizaram 7,09 bilhões de reais (Portal da Transparência – 5º Matriz de Responsabilidades 15/08/2016)²³.

Na região da Barra as obras financiadas pelo governo federal foram o Parque Olímpico, aonde foram construídas as Arenas Cariocas 1, 2, 3, Centro Olímpico de Esportes Aquáticos, Centro Olímpico de Handebol, Arena do Futuro, Velódromo Olímpico e Centro Olímpico de Tênis e também ficou responsável pela melhoria em energia elétrica. Já as obras financiadas por outros entes da entidade privada foram o Parque Aquático Maria Lenk, a Vila Olímpica, e outras instalações esportivas e não esportivas.

Ademais, na região de Copacabana o governo federal financiou os gastos com energia elétrica. E as instalações esportivas foram financiadas por outros entes. Já na região Deodoro, os gastos com instalações esportivas e energia elétrica foram financiados pelo Governo Federal. Na região Maracanã os gastos com instalações esportivas foram financiados por outras instituições.

E por fim, na Multirregião, os gastos com instalações complementares e

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Portal da Transparência Rio 2016. Origem dos Dados. Matriz de Responsabilidades Rio 2016. Sexta atualização da Matriz de Responsabilidades. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/arquivos/matriz-de-responsabilidades-versao-5-agosto-2016.pdf>> Último acesso em: 01/12/2017.

energia elétrica temporária foram realizados pelo Governo Federal e outros entes privados.

A seguir a Tabela abaixo com os gastos.

Tabela 1 – Matriz de Responsabilidades

| | Governo Municipal (Milhões de R\$) | Governo Estadual (Milhões de R\$) | Governo Federal (Milhões de R\$) | Privado (Milhões de R\$) | Total (Milhões de R\$) |
|--------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| Região Barra | 627,8 | - | 1207,6 | 4119,5 | 5955,0 |
| Região Copacabana | - | 7,6 | 7,3 | 60 | 74,9 |
| Região Deodoro | - | - | 820,9 | - | 820,9 |
| Região Maracanã | 42,0 | - | - | 60 | 102 |
| Multirregião | 40,9 | - | 101,2 | - | 142,1 |
| Total | 710,7 | 7,6 | 2137,0 | 4315,5 | 7094,9* |

Fonte: Portal da Transparência Rio 2016 – 5º Matriz de Responsabilidades

*A Autoridade Pública Olímpica (APO) divulgou um acréscimo de 137,4 milhões que será inserido na 6º Matriz de Responsabilidades (ainda não disponível 01/12/2017).

3.4. Gastos realizados para Infraestrutura e políticas públicas – Legado Olímpico

De acordo com as informações obtidas pela Autoridade Pública Olímpica (APO) são 29 PPP's que totalizam aproximadamente 26,74 bilhões de reais.

Ao todo foram (16) projetos municipais que geraram um custo de aproximadamente 14,9 bilhões. A participação do setor privado foi majoritária, 64% (R\$ 9,53 bilhões) financiados por parcerias com o setor privado. Do valor restante, R\$ 4,17 bilhões (28% do total) foram investidos pelo Município e cerca de R\$ 1,2 bilhão (8% do total) pelo Governo Federal.

Os projetos executados pela Prefeitura foram concentrados em quatro principais áreas estratégicas: mobilidade, meio ambiente, renovação urbana e desenvolvimento social. Que são: Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), BRT Transolímpica (Via Expressa e a Conexão Magalhães Bastos-Deodoro), BRT Transoeste, Duplicação do Elevado do Joá, Viário do Parque Olímpico, Reabilitação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá, Saneamento Zona Oeste (Bacia do Rio Marangá), Porto Maravilha, Controle de Enchentes da Grande Tijuca (Construção dos reservatórios de retenção e Desvio do Rio Joana), Requalificação Urbana do

Entorno do Estádio Olímpico João Havelange, Domínio Urbano de Deodoro e montagem das quatro escolas da Arena do Futuro.

Os dez projetos apresentados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro totalizaram um investimento de R\$ 11,5 bilhões, dos quais 86%, ou seja, R\$ 9,89 bilhões estão sendo financiados por recursos estaduais e R\$ 1,61 bilhão, 14%, por recursos privados.

Os investimentos do Governo do Estado deixam um legado na área de transportes esperado há décadas por toda a população, conectando todas as regiões com sistemas de alta capacidade, acessíveis e permitindo a integração de modais, a fim de oferecer melhores condições de transportes no dia a dia de milhões de pessoas. A Linha 4 do metrô contará com seis novas estações, serão realizadas também a revitalização das estações do sistema ferroviário de São Cristóvão, Engenho de Dentro, Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos e Ricardo de Albuquerque. E por fim serão desenvolvidos projetos de sustentabilidade pelo Governo do Estado voltado para a Baía de Guanabara, que foi um dos locais de competição, e para as lagoas da região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá.

Por fim os três projetos federais geraram um custo de aproximadamente 264 milhões de reais, investidos em Instalações de treinamento. O Ministério do Esporte construiu, reformou e equipou quatro locais que serviram para treinamento oficial durante os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos na cidade do Rio de Janeiro. Foi investida também em uma Rede Nacional de Treinamento, que foi Criada pela Lei Federal 12.395 de março de 2011, a Rede Nacional de Treinamento vai interligar instalações esportivas existentes ou em construções espalhadas por todo o Brasil. Reunirá estruturas de diversas modalidades, oferecendo espaço para detecção, formação e treinamento de atletas e equipes, com foco em modalidades olímpicas e paraolímpicas. E também tiveram os investimentos na estruturação do laboratório de controle de dopagem (LBCD) que já está em funcionamento no novo prédio, desde agosto de 2014.

Tabela 2 – Valor Total dos Jogos Olímpicos Rio 2016

| | Em bilhões (R\$) |
|---|-------------------------|
| Gastos Comitê Organizador | R\$ 9,2 |
| Gastos Matriz de Responsabilidades | R\$ 7,09* |

| | |
|------------------------------------|-----------|
| Plano de Políticas Públicas | R\$ 26,74 |
| Total | R\$ 43,17 |

*A Autoridade Pública Olímpica (APO) divulgou um acréscimo de 137,4 milhões que será inserido na 6ª Matriz de Responsabilidades (ainda não disponível 01/12/2017).

4. Discussão

4.1. O que ficou de positivo após as olimpíadas

Os Jogos Olímpicos Rio 2016 foram um marco histórico para o Brasil. E muito se pergunta se de fato ficou algum legado positivo para o país após o evento. A expectativa antes dos jogos era muito grande. Os 29 Planos de políticas públicas implementadas pelo governo prometiam melhoras na mobilidade da população, algumas áreas devastadas seriam recuperadas, uma renovação urbana, melhorias na iluminação, pavimentação de calçadas, entre outros. Trazendo assim uma melhor Infraestrutura para a população do Rio de Janeiro²⁴. Após os jogos muito se discute o superfaturamento e a corrupção das obras, um problema que o povo brasileiro enfrenta diariamente.

O Governo Municipal ficou responsável por (6) projetos de mobilidade urbana, (2) do meio ambiente, (7) de renovação urbana e (1) de desenvolvimento social²⁵. O Governo Estadual ficou responsável por (3) projetos de mobilidade urbana e (7) do meio ambiente²⁶. E a União ficou responsável por (2) projetos de Educação, Ciência e Tecnologia e (1) projeto de Infraestrutura esportiva²⁷.

O Legado ambiental proposto, dos nove projetos que seriam desenvolvidos, somente as (17) eco barreiras construídas para reter o lixo que chega à Baía de Guanabara foram mantidas, de forma plena, um ano após os Jogos. O restante das obras de saneamento e de recuperação das lagoas da Barra da Tijuca e de

²⁴ Autoridade Pública Olímpica. Legado. Disponível em: <<http://www.apo.gov.br/index.php/plano-de-politicas-publicas/sobre-o-plano-de-legado/>> Último acesso em: 02/12/2017.

²⁵ Autoridade Pública Olímpica. Legado. Plano de Políticas Públicas – Município. Planilha completa do plano de políticas públicas município. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/PPP_Munic%C3%ADpio_23082016.pdf> Último acesso em: 02/12/2017.

²⁶ Autoridade Pública Olímpica. Legado. Plano de Políticas Públicas – Estado. Planilha completa do plano de políticas públicas do estado. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano_Politicas_Publicas_Estado.pdf>. Último acesso em: 02/12/2017.

²⁷ Autoridade Pública Olímpica. Legado. Plano de Políticas Públicas – União. Planilha completa do plano de políticas públicas da união. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano_Politicas_Publicas_GovFederal.pdf>. Último acesso em: 02/12/2017.

Jacarepaguá ficaram pela metade²⁸. Em um relatório de acompanhamento do legado ambiental elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o documento informa que além dos atrasos, não há transparência quanto ao andamento dessas obras²⁹.

A mobilidade urbana desponta como o melhor legado deixado pelas Olimpíadas para o Rio de Janeiro. O Transporte Rápido de Ônibus (BRT's) e os Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) diminuiriam consideravelmente a viagem de uma Zona a outra. Mas ainda assim muitos problemas são enfrentados pela população diariamente com o transporte público. Os projetos realizados pela Prefeitura e o Estado prometem operar com um número determinado de passageiros diariamente, e mesmo operando com um número menor ao proposto os trens e ônibus continuam superlotados. Fora as obras inacabadas na estação da Gávea, a única que não ficou pronta a tempo dos Jogos. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), há indícios de superfaturamento e sobre preços que podem chegar a 2,3 bilhões de reais³⁰.

Os benefícios econômicos gerados pelos jogos deveriam ser bem maiores do que os investimentos realizados para sua realização. E, no Rio, cidade-sede, de certa forma deixou um legado de infraestrutura como corredores de ônibus e Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT), linha 4 do metrô, crescente mobilidade urbana, a Zona Portuária melhorou, mas cabe ressaltar que há um déficit nos cofres do governo do Rio de Janeiro e, também a crise federal. Existem obras inacabadas, o Porto do Rio de Janeiro se tornaria uma região residencial, mas o projeto continua apenas no papel, sinais de deterioração são visíveis, como exemplo o Parque Radical, na região de Deodoro encontra-se fechado com cenários de abandono. As lagoas da Barra, Jacarepaguá e Baía de Guanabara continuam poluídos³¹. Os parques olímpicos têm sido pouco utilizados desde o fim das Paraolimpíadas. As arenas cariocas estão fechadas e os projetos de reativação continuam parados sem

²⁸ Legado Olímpico. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/um-ano-apos-olimpiada-que-ficou-de-legado-para-rio-21666449>> Último acesso em: 02/12/2017.

²⁹ Legado Olímpico. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/brasil-deixou-de-cumprir-compromissos-relacionados-ao-legado-ambiental-dos-jogos-olimpicos-rio-2016.htm>> Último acesso em: 01/12/2017.

³⁰ Idem ao 23.

³¹ Observatório Metrópole. Olimpíadas Rio 2016. Legado. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1646%3Aolimp%C3%ADada-rio-2016-para-o-benef%C3%ADcio-de-quem%3F&Itemid=171#> Último acesso em: 01/12/2017.

previsão de retorno³².

4.2. A importância da implementação de um sistema Nacional do esporte.

Quando se trata de um grande evento como os Jogos Olímpicos, muito se fala na criação de um Sistema Nacional do Esporte (SNE). Um sistema integrado que tornaria o Brasil uma grande potência esportiva e com ele o país teria mais facilidade de gerir os seus atletas; os Municípios e os Estados não necessitariam a todo o momento dos recursos do Governo Federal para construção de centros de treinamento, transporte, alimentação, entre outras coisas necessárias para o desenvolvimento contínuo desses jovens.

No Brasil temos algumas leis que foram sancionadas em função do esporte. A Lei nº 11.438³³ (Lei de Incentivo ao Esporte), sancionada em 29 de dezembro de 2006. Ela é voltada para projetos que visam desde o lazer, até o esporte de alto rendimento. Desde que foi vigorada em 2007, até 2016, ela destinou mais de R\$ 1,87 bilhões de reais para o esporte no Brasil.

Já a Lei nº 10.264³⁴, sancionada em 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Agnelo/Piva, prevê a captação e investimento de 2% do dinheiro bruto arrecadado em loterias federais. Esse dinheiro é repassado ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) que investe em devidas proporções tanto nos atletas Olímpicos, como nos atletas Paralímpicos. Parte do dinheiro ainda é destinada ao esporte escolar e ao esporte universitário.

A Lei nº 9.615³⁵, sancionada em 24 de março de 1998, mais conhecida como Lei Pelé é à base da legislação brasileira, no que se refere ao esporte no Brasil. Ela estabelece normas para diversos assuntos e determina repasses de recursos das loterias federais para o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o Ministério do Esporte e a Confederação Brasileira de Clubes

³² Legado Olímpico. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/rio-pos-olimpico-tem-arenas-fechadas-entulhos-e-disputas-judiciais.ghtml>> Último acesso em: 01/12/2017.

³³ Portal Brasil. Lei nº 11.438. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-de-incentivo-ao-esporte>> Último acesso em: 01/12/2017.

³⁴ Portal Brasil. Lei nº 10.264 (Agnelo/Piva). Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva>> Último acesso em: 01/12/2017.

³⁵ Portal Brasil. Lei nº 9615. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-9-615-lei-pele>> Último acesso em: 01/12/2017.

(CBC).

Por último, a Lei nº 10.451³⁶, sancionada em 10 de maio de 2002, que alterou a legislação tributária brasileira. Alguns de seus artigos se converteram em importantes aliados dos atletas na preparação para grandes competições nacionais e internacionais.

MAIA (2012), no seu artigo “Modelo e Sistema Esportivo Brasileiro avanços, contradições e avaliações”, cita os modelos esportivos Norte Americanos, Europeus e Asiáticos e faz uma comparação com o modelo esportivo Brasileiro. Nos dois primeiros o Estado tem pouquíssima participação, o modelo norte americano está muito ligado as Universidades. No modelo Europeu o esporte tem base nos sindicatos. E ainda cita que o Brasil tem um modelo mais próximo do Europeu, mas busca um estilo de negócio parecido ao implantado pelos americanos e que essa falta de identidade faz com que os programas esportivos sejam assistemáticos.

Portanto a sistematização de um Modelo Esportivo Nacional traria grandes benefícios para o esporte. No dia 20/10/2016 uma comissão de juristas debateu sobre a implementação desse sistema e priorizou o Esporte Educacional, citando inclusive a criação de um Fundo Nacional do Esporte³⁷.

4.3. Operação Unfair Play – Compra de votos para a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos

A imprensa divulgou que houve gastos exorbitantes para que o Rio de Janeiro vencesse a concorrência para tornar-se sede dos jogos Olímpicos de 2016. Sobre esse tema, no dia 04 de Outubro de 2017, o Ministério Público Federal (MPF) do Rio de Janeiro, em parceria com a Polícia Federal (PF), divulgou a medida cautelar da denúncia contra o ex-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro Carlos Arthur Nuzman e o seu braço direito e ex-diretor de operações do Comitê Rio 2016, Leonardo Gryner. Os dois foram citados na operação Unfair play (Processo nº 0505679-56.2017.4.02.5101), que revelou compra de votos para a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos. Outras autoridades como o ex-governador

³⁶ Portal Brasil. Lei nº 10.451. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/investimentos/lei-10-451>> Ultimo acesso em: 01/12/2017.

³⁷ Legado Olímpico. Sistema Nacional do Esporte. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/20/brasil-precisa-investir-no-esporte-educacional-dizem-especialistas>> Ultimo acesso em: 01/12/2017.

do Rio de Janeiro Sérgio Cabral também foram citadas no caso.

Segundo apurado pelas investigações francesas (Ofício nº 818/2017/ACRIM/SCI/PGR – DOC nº01 – fls. 37/38 e 18/19):

As diferentes informações obtidas pelo PFN provenientes das células de informações financeiras francesas e americanas (TRAFIN e FINGen), integradas oficialmente em processo, tendem a mostrar que Papa Massara DIACK obteve fundo para favorecer a designação da cidade do Rio de Janeiro (Medida Cautelar do Ministério Público Federal, Unfair Play Rio de Janeiro 2016, p.4).

De acordo com as investigações, Papa Massara Diack teria recebido 2 milhões de dólares, três dias antes das eleições do Comitê Olímpico Internacional (COI) que influenciaram na decisão para que o Rio de Janeiro fosse sede do Jogos Olímpicos 2016.

5. Conclusão

Sediar os Jogos Olímpicos foi um marco histórico para o Brasil. A cidade do Rio de Janeiro recebeu milhares de pessoas de diversos lugares do mundo. Mas apesar de toda a festa que o evento proporcionou ao povo brasileiro, o LEGADO Olímpico proposto pelo Governo não “saiu do papel”.

Os escândalos com a compra de votos da candidatura do Rio e o superfaturamento das obras ficam evidentes. Os 29 Planos de Políticas Públicas (PPP's) que faziam parte do Dossiê de Candidatura e que tinham como proposta melhorar a mobilidade urbana, o meio ambiente, uma renovação na infraestrutura e um desenvolvimento social da cidade do Rio de Janeiro decepcionaram.

Os projetos que ainda trouxeram algum benefício para a população foram os de mobilidade urbana. Algumas obras como o Transporte Rápido de Ônibus (BRT's) e Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT's) ficaram prontas a tempo para os jogos e de certa forma trazem algum conforto para a população, o tempo de viagem entre uma Zona e outra diminuiu consideravelmente, mas apesar disso a superlotação dos ônibus e trens continua incomodando o povo e as obras inacabadas em alguns setores também.

Os dados divulgados pelo Governo informam que foram gastos de aproximadamente 43,17 bilhões de reais para a realização do evento como um todo. Desse dinheiro 26,74 bilhões foram utilizados para a implementação dos 29 Planos de Políticas Públicas (PPP's). E esse número continua crescendo conforme o Governo vai atualizando os gastos.

Desde 2004 o Ministério do Esporte vem realizando conferências em que é discutida a importância da criação de um Sistema Nacional Esportivo Brasileiro. Com isso os Municípios e Estados teriam mais autonomia para gerir o Esporte desde o lazer até o alto rendimento. Matsudo (1999) cita que o Brasil necessita sistematizar o seu modelo esportivo. Ainda é discutida também a criação de um Fundo Nacional do Esporte. A união desses dois fatores facilitaria o direcionamento do dinheiro investido com o Esporte no Brasil, independente da sua finalidade.

Portanto, ainda há muito a ser discutido sobre o assunto, mas assim como o Pan, os Jogos Olímpicos não trouxeram tantos benefícios quanto se esperava antes dos Jogos.

Referências Bibliográficas

Autoridade Pública Olímpica. Legado. Disponível em:

<<http://www.apo.gov.br/index.php/plano-de-politicas-publicas/sobre-o-plano-de-legado/>> Último acesso em: 01/12/2017.

Autoridade Pública Olímpica. Legado. Plano de Políticas Públicas – Município. Planilha completa do plano de políticas públicas município. Disponível em:

<http://www.apo.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/PPP_Munic%C3%ADpio_23082016.pdf> Último acesso em: 02/12/2017.

Autoridade Pública Olímpica. Legado. Plano de Políticas Públicas – Estado. Planilha completa do plano de políticas públicas do estado. Disponível em:

<http://www.apo.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano_Politicas_Publicas_Estado.pdf>. Último acesso em: 02/12/2017.

Autoridade Pública Olímpica. Legado. Plano de Políticas Públicas – União. Planilha completa do plano de políticas públicas da união. Disponível em:

<http://www.apo.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano_Politicas_Publicas_GovFederal.pdf>. Último acesso em: 02/12/2017.

Autoridade Pública Olímpica. Legado. Sobre o plano de legado. Metodologia utilizada para elaboração e atualização do Plano de Políticas Públicas (LEGADO). Disponível em:

<http://www.apo.gov.br/downloads/legado/plano_de_politicas_publicas_metodologia.pdf>. Último acesso em: 02/12/2017.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras.; SOUZA, Doralice Lange. **Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento**. In: Torres D. Pan registrou caso de irregularidade e fi scalização frouxa [internet]. Folha de S.Paulo. 2009 out. 3 [citado 21 out. 2012]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0310200922.html>.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras.; SOUZA, Doralice Lange. **Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento**. In: Bienenstein G, Sánchez F, Cruz MCM, Guterman BC, Santos RRO, Souza RM. Megaeventos e metrópoles: insumos do Pan 2007 e perspectivas para as Olimpíadas de 2016. Apud: Mascarenhas G, Bienenstein G, Sánchez F, organizadores. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. p.123-61.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras.; SOUZA, Doralice Lange. **Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento**. In: Brasil. Ministério do Esporte. Caderno de Legado Social [internet]. Brasília: Ministério do Esporte; 2009 [citado 9 jun. 2011]. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/cadernoLegadosSocial.pdf>.

DANTAS, Tiago. "A importância dos Jogos Olímpicos"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/a-importancia-dos-jogos-olimpicos.htm>>. Último acesso em: 14/11/2017.

Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Ciclo Olímpico. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/esportes/rio-2016/2016/08/olimpiadas-e-jogos-olimpicos-nao-sao-mesma-coisa-entenda>> Último acesso em: 26/11/2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de Pesquisa**. 1. Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. In: FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de Pesquisa**. 1. Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. In: TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Legado Olímpico. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/brasil-deixou-de-cumprir-compromissos-relacionados-ao-legado-ambiental-dos-jogos-olimpicos-rio-2016.htm>> Último acesso em: 01/12/2017.

Legado Olímpico. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/rio-pos-olimpico-tem-arenas-fechadas-entulhos-e-disputas-judiciais.ghtml>> Último acesso em: 01/12/2017.

Legado Olímpico. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/um-ano-apos-olimpiada-que-ficou-de-legado-para-rio-21666449>> Último acesso em: 02/12/2017.

Legado Olímpico. Sistema Nacional do Esporte. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/20/brasil-precisa-investir-no-esporte-educacional-dizem-especialistas>> Último acesso em: 01/12/2017.

LIMA, Mariza Antunes. et. al. **Olimpíadas Modernas: A história de uma tradição inventada**. In: BOGA, M. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.

LIMA, Mariza Antunes. et.al. **Olimpíadas Modernas: A história de uma tradição inventada**. In: NETO, M. F. Os Jogos olímpicos da antiguidade grega: mitos e realidades. VI Congresso Brasileiro de história do Esporte, Lazer e Educação Física. Universidade Gama Filho, 1998. Anais. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 12 de Dezembro de 1998, s/p.

LIMA, Mariza Antunes. et.al. **Olimpíadas Modernas: A história de uma tradição inventada**. In: PLEKET (apud NETO, M. F. 1998, p.723). Rio de Janeiro, 1998.

MAIA, Vicente Majó. **Modelo e Sistema Esportivo Brasileiro avanços, contradições e avaliações**. In: MATSUDO, Vitor K. Detecção de talentos (1999).

MAIA, Vicente Majó. **Modelo e Sistema Esportivo Brasileiro avanços, contradições e avaliações**. In: FERREIRA, Raimundo Luiz. Políticas Para o

Esporte de Alto Rendimento – Estudo Comparativo de Alguns Sistemas Esportivos Nacionais. 2007, p.02.

Ministério do Esporte. Sistema Nacional do Esporte. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/sistema-nacional-do-esporte> Ultimo acesso em: 30/10/2017.

Ministério do Esporte. Sistema Nacional do Esporte. Histórico. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/sistema-nacional-do-esporte/historico>. Ultimo acesso em: 30/10/2017.

Ministério do Esporte. Sistema Nacional do Esporte. Objetivos. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/sistema-nacional-do-esporte/objetivos>. Ultimo acesso em: 30/10/2017.

Observatório Metrópole. Olimpíadas Rio 2016. Legado. Disponível em: http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1646%3Aolimp%3ADada-rio-2016-para-o-benef%3ADcio-de-quem%3F&Itemid=171# Ultimo acesso em: 01/12/2017.

PERISSE, Ver nica Nolasco. et. al. **Ciência do Esporte e Educa o Física**. ACM São Paulo, 2002.

Portal Brasil 2016. Gestão do Legado. Infraestrutura. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/iinfraestrutura> Ultimo acesso 01/11/2017.

Portal Brasil. Lei n  10.264 (Agnelo/Piva). Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva> Ultimo acesso em: 01/12/2017.

Portal Brasil. Lei n  10.451. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/investimentos/lei-10-451> Ultimo acesso em: 01/12/2017.

Portal Brasil. Lei n  9615. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-9-615-lei-pele> Ultimo acesso em: 01/12/2017.

Portal Brasil. Lei n 11.438. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-de-incentivo-ao-esporte> Ultimo acesso em: 01/12/2017.

Portal da Transparência Rio 2016. Origem dos Dados. Matriz de Responsabilidades Rio 2016. Sexta atualiza o da Matriz de Responsabilidades. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/arquivos/matriz-de-responsabilidades-versao-5-agosto-2016.pdf> Ultimo acesso em: 01/12/2017.

Portal da Transparência. Gastos com a Candidatura. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/gastos-candidatura/> Ultimo acesso em: 11/12/2017.